

ARQUÉTIPOS DE RESISTÊNCIA: ALTERIDADE, PODER E CULTURA

ARCHETYPES OF RESISTANCE: ALTERITY, POWER AND CULTURE

ARCHÉTYPES DE LA RÉSISTANCE: ALTÉRITÉ, POUVOIR ET CULTURE

Dr. Thomaz Décio Abdalla Siqueira¹

*"Mais que rainha, Cleópatra foi signo: entre o império e a identidade, entre a sedução e a soberania, ela insurgiu como arquétipo de resistência. Sua história é memória viva da alteridade que desafia, do poder que negocia e da cultura que resiste."
— Inspirado em Adolpho Crippa, em diálogo com a História*

RESUMO

Este estudo propõe uma análise da figura de Cleópatra VII enquanto arquétipo de resistência, considerando os eixos da alteridade, do poder e da cultura. Distante das reduções eurocêntricas que a caracterizam apenas como sedutora, Cleópatra é abordada como uma estrategista política que desafiou o imperialismo romano, utilizando-se de sua identidade egípcia e grega para articular alianças e preservar a soberania de seu reino. Através do viés da alteridade, evidencia-se sua condição de mulher oriental enfrentando as normas patriarcais e colonizadoras do Ocidente romano. No campo do poder, destaca-se sua atuação como soberana legítima e ativa nos assuntos administrativos, diplomáticos e militares. Culturalmente, Cleópatra representa a fusão entre tradição e inovação, incorporando símbolos religiosos e linguísticos para consolidar sua imagem junto ao povo

¹ Professor Titular, Classe E, Faculdade de Educação Física e Fisioterapia – FEFF da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Pós-doutor em Psicologia Social e do Trabalho (USP), Doutor em Psicologia Clínica (USP), Mestre em Psicologia Social pela Universidade de Okayama – Japão. Atualmente Presidente da Comissão Própria de Avaliação – CPA/UFAM. E-mail: thomazabdalla@ufam.edu.br

egípcio e aos aliados estrangeiros. Assim, a rainha de Alexandria é interpretada como figura simbólica de resistência feminina e de preservação cultural frente à dominação estrangeira.

Palavras-chave: Cleópatra VII; resistência; alteridade; poder; cultura; identidade feminina.

ABSTRACT

This study proposes an analysis of the figure of Cleopatra VII as an archetype of resistance, considering the axes of otherness, power and culture. Far from the Eurocentric reductions that characterize her only as a seductress, Cleopatra is approached as a political strategist who challenged Roman imperialism, using her Egyptian and Greek identities to forge alliances and preserve the sovereignty of her kingdom. Through the perspective of otherness, her condition as an Eastern woman confronting the patriarchal and colonizing norms of the Roman West is highlighted. In the field of power, her performance as a legitimate and active sovereign in administrative, diplomatic and military matters stands out. Culturally, Cleopatra represents the fusion of tradition and innovation, incorporating religious and linguistic symbols to consolidate her image among the Egyptian people and foreign allies. Thus, the queen of Alexandria is interpreted as a symbolic figure of female resistance and cultural preservation in the face of foreign domination.

Keywords: Cleopatra VII; resistance; otherness; power; culture; feminine identity.

RÉSUMÉ

Cette étude propose une analyse de la figure de Cléopâtre VII comme archétype de la résistance, en considérant les axes de l'altérité, du pouvoir et de la culture. Loin des réductions eurocentriques qui la caractérisent uniquement comme une séductrice, Cléopâtre est abordée comme une stratège politique qui a défié l'impérialisme romain, utilisant son identité égyptienne et grecque pour forger des alliances et préserver la souveraineté de son royaume. À travers la perspective de l'altérité, sa condition de femme orientale confrontée aux normes patriarcales et colonisatrices de l'Occident romain est mise en lumière. Dans le domaine du pouvoir, sa performance en tant que souveraine légitime et active dans les domaines administratif, diplomatique et militaire se distingue. Sur le plan culturel, Cléopâtre représente la fusion entre tradition et innovation, incorporant des symboles religieux et linguistiques pour consolider son image auprès du peuple égyptien et de ses alliés étrangers. Ainsi, la reine d'Alexandrie est interprétée comme une figure symbolique de la résistance féminine et de la préservation culturelle face à la domination étrangère.

Mots-clés: Cléopâtre VII ; résistance; altérité; pouvoir; culture; identité féminine.



Figura 1 – Cleópatra com o general Marco Antônio.

I - INTRODUÇÃO: CLEÓPATRA VII: FARAÓ E DEUSA NO EGITO, DE SANGUE REAL MACEDÔNIO

Cleópatra VII, a última governante da dinastia ptolemaica do Egito, não foi apenas uma figura política de grande habilidade, mas também uma estrategista astuta na manipulação de símbolos religiosos e culturais para consolidar seu poder. Uma das estratégias mais eficazes adotadas por Cleópatra foi sua associação simbólica com figuras divinas, especialmente com a deusa egípcia Ísis e, em certo grau, com a deusa grega Afrodite. Tal identificação não se limitava a um artifício estético ou à exploração de sua beleza pessoal, como muitas vezes a tradição ocidental reducionista sugere, mas tratava-se de uma construção consciente de sua imagem como soberana divina e legítima aos olhos de diferentes públicos — egípcios, gregos e romanos.

A deusa Ísis, no contexto religioso egípcio, representava não apenas a mãe divina e esposa fiel de Osíris, mas também a guardiã do trono e símbolo de fertilidade, poder e sabedoria. Ao se apresentar como a encarnação viva de Ísis, Cleópatra reivindicava para si não apenas a legitimidade dinástica, mas também um papel sacerdotal e sagrado que lhe conferia autoridade sobre o povo egípcio em termos espirituais e políticos. Essa autolegitimação como "Nova Ísis" está documentada, por exemplo, em moedas, esculturas e cerimônias públicas nas quais a rainha aparece vestida com os atributos

típicos da deusa, como o trono estilizado ou o disco solar entre os chifres bovinos (GRIMAL, 1997).

Paralelamente, Cleópatra também sabia dialogar com a cultura helenística e romana, assumindo aspectos simbólicos de Afrodite, deusa do amor e da sedução, atributos que ressoavam fortemente no imaginário grego-romano. Essa fusão entre Ísis e Afrodite permitia que Cleópatra projetasse uma imagem simultaneamente sagrada e sensual, um arquétipo feminino que era, ao mesmo tempo, encantador e perigoso — uma mulher dotada de "charis" (graça e poder), conforme descrevem autores clássicos como Plutarco (PLUTARCO, *Vidas Paralelas*).

A utilização desses arquétipos também teve repercussões políticas significativas em suas alianças com figuras centrais da história romana, como Júlio César e Marco Antônio. Ao se apresentar como Ísis-Afrodite, Cleópatra não apenas despertava o fascínio desses homens, mas também colocava-se como parceira divina e rainha legítima de um império multicultural. A célebre encenação de seu encontro com Marco Antônio em Tarso, por exemplo, envolveu elementos teatrais inspirados em rituais dionisíacos e na iconografia de Afrodite, reforçando o papel da rainha como figura mística e irresistível (GRANT, 2001).

Essa construção imagética revela, portanto, não um mero exercício de vaidade, mas uma forma sofisticada de resistência simbólica e afirmação de poder num mundo profundamente dominado pela lógica imperial romana. Cleópatra, ao adotar e manipular essas representações mitológicas, transcendia os papéis tradicionais atribuídos às mulheres de sua época, posicionando-se como soberana ativa em um tabuleiro político global.

Cleópatra VII não foi apenas uma rainha, mas uma figura divina e de linhagem real, que se projetou simultaneamente como faraó do Egito e herdeira de Alexandre o Grande, da dinastia macedônia dos Ptolemeus. Seu governo teve como base uma dualidade de poder: o Egito, com sua longa e sagrada tradição monárquica, e a dinastia ptolemaica, que, embora de origem estrangeira, procurou se legitimar pelo culto e pela imagem de poder divino.

No Egito, Cleópatra foi associada à deusa Ísis, uma das figuras mais reverenciadas da mitologia egípcia, cuja representação simbolizava o papel de protetora, mãe e soberana. Em várias representações iconográficas, Cleópatra aparece com os atributos de Ísis, usando o trono como diadema e os símbolos da realeza faraônica. Essa identificação com a deusa não apenas reforçou sua autoridade no Egito, mas também a conectou com a tradição religiosa que atribuía aos faraós uma natureza divina.

Ao mesmo tempo, Cleópatra foi membro da dinastia dos Ptolemeus, uma dinastia de origem macedônia fundada por Ptolemeu I, um dos generais de Alexandre o Grande. Apesar de ser parte de uma dinastia que governava sobre um território estrangeiro, Cleópatra manteve uma sólida ligação com a tradição de Alexandre e com os símbolos do poder que ele estabeleceu. Ela foi uma das poucas da sua dinastia a aprender fluentemente o egípcio, ao contrário de seus predecessores que adotavam o grego como língua oficial, aproximando-se assim da população local e consolidando sua imagem como uma soberana legítima tanto aos olhos do Egito quanto aos da corte macedônia.

O sangue macedônio de Cleópatra, portanto, não a afastou do povo egípcio, mas, ao contrário, lhe conferiu a habilidade única de navegar entre os mundos da política helenística e da religiosidade egípcia, unindo dois mundos culturais distintos sob sua autoridade. Em seu governo, Cleópatra representou o poder divino do faraó e, simultaneamente, a herança militar e dinástica dos Ptolemeus, o que lhe conferiu uma posição singular de poder.

II - A ASSOCIAÇÃO COM ÍSIS: ESTRUTURAÇÃO TEOLÓGICA DO PODER REAL

A identificação de Cleópatra VII com a deusa Ísis não pode ser compreendida como mero artifício retórico ou gesto devocional isolado. Trata-se de uma sofisticada operação simbólica e política por meio da qual a rainha ptolemaica se inseria na longa tradição faraônica que associava o poder temporal ao divino. Ísis, uma das divindades mais veneradas do panteão egípcio, era cultuada como a deusa do amor, da maternidade, da fertilidade, da cura e da magia, além de ser vista como

modelo ideal de esposa e mãe — aspectos que conferiam profundidade emocional e sacralidade ao poder real.

No Egito faraônico, a autoridade do soberano estava intrinsecamente ligada ao conceito de *ma'at* (ordem cósmica e justiça), sendo o faraó não apenas um governante secular, mas também uma figura religiosa que preservava a harmonia entre os homens e os deuses. Cleópatra, ao se autodenominar “Nova Ísis” (*Isis Nea*), inscreve-se nessa tradição, reivindicando para si um papel que vai além do político: ela se posiciona como mediadora entre o divino e o humano, detentora de um mandato sagrado que transcendia as contingências dinásticas e legitimava seu governo perante o povo egípcio (GRIMAL, 1997).

Documentos iconográficos e arqueológicos reforçam essa autolegitimação. Em moedas, esculturas e relevos de templos, Cleópatra aparece com os atributos típicos de Ísis, como o nó *tyet*, o trono estilizado na cabeça ou os chifres com o disco solar — elementos que não apenas evocavam a deusa, mas a colocavam como sua personificação viva (ASSMANN, 2008). Essas representações visavam não somente ao público egípcio, mas também aos súditos gregos e, indiretamente, aos romanos, criando uma imagem de poder espiritual e político multifacetada.

A escolha por Ísis também carrega uma dimensão estratégica no contexto de resistência frente à expansão romana. Enquanto os Ptolemeus anteriores haviam privilegiado a cultura helenística, Cleópatra adota deliberadamente uma política de “re-egipcianização” simbólica, retomando e valorizando os elementos religiosos e culturais locais. Essa postura servia para consolidar sua posição como soberana autêntica do Egito e para angariar o apoio das elites sacerdotais, cuja influência era fundamental na manutenção do poder real (LLOYD, 2000).

Além disso, a associação com Ísis permitia a Cleópatra exercer um tipo de poder que escapava aos moldes patriarcais romanos. Como deusa-mãe e esposa devota, Ísis era ao mesmo tempo forte, sábia e compassiva, projetando sobre Cleópatra uma aura de autoridade moral e espiritual que legitimava sua atuação como rainha soberana e como figura política central nos conflitos com Roma. Esse arquétipo feminino, que unia força e ternura, sensualidade e sabedoria, era

especialmente eficaz para dialogar com as sensibilidades religiosas do Egito e com o imaginário helenístico, conferindo à rainha uma posição única na história do poder feminino.

A figura histórica de Cleópatra VII Thea Philopator, última rainha da dinastia ptolemaica do Egito, permanece como um dos ícones mais complexos da Antiguidade, atravessando séculos como símbolo multifacetado de poder, feminilidade e resistência. Embora frequentemente representada pela historiografia ocidental sob a ótica do exotismo e da sedução, uma análise crítica revela uma líder política hábil, profundamente inserida nos debates geopolíticos e culturais de seu tempo. Este artigo propõe compreender Cleópatra como um arquétipo de resistência, a partir de três eixos analíticos: alteridade, poder e cultura.

1. Alteridade Cleópatra emerge como figura da alteridade ao romper com os padrões impostos tanto por sua condição de mulher em uma sociedade patriarcal quanto por sua identidade oriental frente à hegemonia cultural romana. Edward Said (1990), em sua obra "Orientalismo", contribui para compreender como o Oriente foi historicamente construído como "outro" submisso e exótico, o que se aplica à forma como Cleópatra foi retratada por escritores como Plutarco e Dião Cássio. Entretanto, ao adotar o idioma egípcio e incorporar elementos da religião local, Cleópatra reivindica uma identidade autônoma e plural. Segundo Assmann (2006), tal atitude configura uma memória cultural ativa, capaz de resistir à homogeneização imperial.

2. Poder A atuação política de Cleópatra revela um exercício consciente e sofisticado de poder. Sua ascensão ao trono em meio a conflitos internos e intervenções romanas exigiu habilidades diplomáticas e alianças estratégicas, como aquelas firmadas com Júlio César e Marco Antônio. Conforme Grant (2000), Cleópatra não foi uma simples consorte, mas uma governante ativa que comandava exércitos, administrava recursos e influenciava decisões cruciais. Sua imagem como "nova Ísis" também revela o uso do poder simbólico para consolidar sua autoridade junto ao povo egípcio, como discutido por Walker e Higgs (2001) na obra "Cleopatra of Egypt: From History to Myth".

3. Cultura A dimensão cultural do reinado de Cleópatra é marcada por uma sincretização entre a tradição egípcia e a herança helenística. Sua forma de governar incluiu incentivos às artes, à ciência e à educação, mantendo Alexandria como um dos

centros intelectuais do Mediterrâneo. Segundo Tyldesley (2008), Cleópatra foi uma das poucas mulheres da Antiguidade a dominar várias línguas, o que reforça seu papel como mediadora intercultural. Essa posição permitiu-lhe dialogar com diferentes povos, adaptando-se sem abdicar de suas raízes, o que a torna um emblema de resistência cultural.

4. Cleópatra e o Arquétipo Mítico-Humano segundo Crippa

Adolpho Crippa, em suas reflexões sobre cultura e humanismo, propõe que certas figuras históricas atravessam o tempo não apenas como personagens, mas como arquétipos que sintetizam valores e contradições da condição humana. Cleópatra VII, nesse sentido, constitui um paradigma: uma mulher transformada em mito pela tradição ocidental — ora demonizada, ora romantizada — mas que, em sua trajetória concreta, expressa a complexidade de uma vida marcada por decisões políticas, afetos e resistências.

Assim como Che Guevara e Marilyn Monroe, que se tornaram ícones globais, Cleópatra simboliza o entrelaçamento entre o real e o simbólico. Crippa (2005) observa que esses personagens mantêm sua força simbólica justamente porque não se esgotam nas narrativas que os cristalizam. Eles resistem à objetificação cultural porque representam inquietações profundas: Cleópatra, o conflito entre império e soberania, entre gênero e poder; Guevara, o idealismo revolucionário; Marilyn, o desejo e a fragilidade.

Essas figuras se tornam mitos vivos, arquétipos que condensam dimensões históricas, existenciais e culturais. Como enfatiza Crippa (2005), “o humano permanece no mito quando este não exclui a tragédia, a escolha, a contradição” (p. 113). Assim, Cleópatra não apenas sobreviveu como figura histórica, mas foi absorvida no imaginário como uma resistência que ainda fala ao presente: sobre identidade, dominação, gênero e cultura.

III - DESENVOLVIMENTO: CLEÓPATRA VII COMO MULHER GUERREIRA: A LUTA PELA SOBERANIA

Muito além das narrativas que a restringem ao papel de sedutora, Cleópatra VII deve ser reconhecida como uma mulher guerreira, cuja existência foi marcada por lutas políticas, disputas territoriais e resistência cultural. Governar o Egito em

tempos de crise exigiu não apenas diplomacia e inteligência estratégica, mas também coragem e confronto direto com as maiores potências de sua época.

Cleópatra assumiu o trono em um cenário hostil, enfrentando disputas dinásticas internas, revoltas populares e, sobretudo, o avanço imperialista de Roma. Como guerreira, ela não empunhou apenas armas, mas transformou sua própria imagem em um instrumento político e simbólico de resistência, assumindo o papel de nova Ísis e sendo retratada em moedas e monumentos com atributos masculinos do poder real. Sua atuação na Batalha de Ácio (31 a.C.), ao lado de Marco Antônio, é o ápice de sua postura combativa, revelando sua disposição de arriscar a própria vida e o trono em defesa da soberania egípcia.

Além disso, como destaca Tyldesley (2008), Cleópatra comandava frotas navais, mobilizava exércitos e articulava alianças internacionais — ações tipicamente atribuídas aos líderes masculinos de sua época. Sua figura desestabilizava não apenas a ordem política romana, mas também o imaginário patriarcal, por representar uma mulher que liderava como guerreira e estadista.

Em sua luta, Cleópatra não buscava apenas sobreviver, mas manter viva a cultura egípcia, resistir à romanização e preservar um ideal de governo autônomo. A morte voluntária, após a derrota em Ácio, pode ser lida também como ato derradeiro de soberania: uma recusa à humilhação pública e à servidão imperial, que a eterniza como arquétipo da mulher que luta até o fim.

A figura de Cleópatra VII emerge na história não apenas como a última soberana do Egito helenístico, mas como um símbolo paradigmático da alteridade feminina em confronto com os paradigmas da dominação ocidental. Em sua relação com líderes romanos como Júlio César e Marco Antônio, Cleópatra confronta uma das mais profundas normas culturais da sociedade romana: a repulsa institucional e simbólica ao casamento com estrangeiras. Em Roma, o matrimônio era um instrumento de controle social, atrelado à manutenção da cidadania, da pureza étnica e da tradição patriarcal (*mos maiorum*). O *conubium*, como expressão jurídica do matrimônio legítimo, era reservado aos cidadãos romanos e às mulheres que partilhassem da mesma ordem cultural e jurídica. A estrangeira era, por definição, excluída desse pacto civilizacional.

Ao manter sua identidade egípcia, sua religião, sua língua e sua autonomia, Cleópatra não apenas recusou ser absorvida por Roma — ela representou o que Roma mais temia: a mulher estrangeira com poder, agência e capacidade de sedução intelectual e política. A campanha difamatória conduzida por Otaviano contra Marco Antônio explorou esse medo ao máximo, retratando a rainha como um instrumento oriental de corrupção moral, luxúria e dissolução dos valores romanos. Nesse processo, Cleópatra foi transformada em mito — não para apagar sua humanidade, como alerta Crippa, mas para projetá-la no imaginário coletivo como um signo de resistência.

Segundo Adolpho Crippa, o humanismo se realiza na cultura vivida, sentida e contestada — e é justamente neste plano que Cleópatra, Che Guevara e Marilyn Monroe se encontram. Cada qual, à sua maneira, expressou um humanismo insurgente, rompendo com as formas sociais e culturais que tentavam reduzir o sujeito à funcionalidade, ao consumo ou à submissão ideológica. Cleópatra, com sua inteligência diplomática e afirmação de soberania, inscreve-se como figura da liberdade diante da imposição colonial. Che Guevara, com sua crítica ao capitalismo e ao imperialismo, torna-se o arquétipo do homem em busca de coerência ética com a revolução. Marilyn Monroe, por sua vez, desvela as contradições da cultura de massa e do desejo masculino, sendo transformada em ícone trágico de um sistema que a explorava e simultaneamente a imortalizava.

O que une essas figuras é o fato de terem sido transformadas em mitos sem perder a dimensão da humanidade, como observa Crippa. O mito, nesse caso, não apaga a dor, a luta ou a fragilidade. Pelo contrário, preserva e amplifica essas experiências, projetando-as como signos de liberdade, desejo e contestação. Em seus respectivos contextos históricos, Cleópatra, Che e Marilyn representam o gesto radical de existir como diferença: o estrangeiro que não se submete, o rebelde que não negocia princípios, a mulher que desafia os papéis impostos.

Na lógica romana, o casamento com uma mulher como Cleópatra era impensável não apenas por questões jurídicas, mas porque ameaçava a coesão simbólica do império. Unir-se a ela era unir-se ao “outro mundo” — ao Oriente, ao feminino soberano, à linguagem não assimilada. Ao fazer-se presente nessa margem, Cleópatra revela a artificialidade do centro, desestabilizando a ordem e reconfigurando o campo do poder. Assim como Guevara, ao deixar os espaços institucionais para viver a revolução, e como

Marilyn, ao desafiar o lugar da mulher como produto do desejo alheio, Cleópatra se faz símbolo de um humanismo radical: aquele que emerge da recusa em ser colonizado — no corpo, na cultura ou na consciência.

"Cleópatra se faz símbolo de um humanismo radical: aquele que emerge da recusa em ser colonizado — não apenas no corpo, mas também na cultura e na consciência. Sua resistência transcende a política, tornando-se um manifesto de liberdade e identidade frente à dominação imperial." — Reflexão sobre a resistência e a autonomia de Cleópatra VII no contexto do imperialismo romano.

IV - A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE REAL: CLEÓPATRA COMO ENCARNAÇÃO DE ÍSIS

A construção da identidade de Cleópatra VII como rainha do Egito foi uma operação política, religiosa e simbólica de notável sofisticação. Ao se apresentar como a encarnação da deusa Ísis, Cleópatra transcendia a figura da monarca convencional e se estabelecia como uma autoridade sagrada e legitimada por forças divinas. Essa estratégia era particularmente eficaz em um contexto multicultural como o do Egito Ptolemaico, onde coexistiam tradições egípcias e helenísticas, exigindo de seus governantes uma habilidade diplomática e simbólica singular para manter a coesão social e política.

Ao adotar a identidade de Ísis, Cleópatra não apenas honrava a religiosidade egípcia, mas também a incorporava em sua própria persona pública. A deusa Ísis era associada ao poder feminino, à fertilidade, à maternidade, à magia e à proteção do trono — qualidades que reforçavam a imagem da rainha como soberana natural e necessária à ordem do cosmos e da nação (ASSMANN, 2008). Assim, a rainha não governava apenas por direito de nascimento, mas por mandato divino, o que conferia a seu governo uma aura de legitimidade sagrada inquestionável.

Essa construção identitária também servia como instrumento diplomático. Ao projetar-se como uma figura que unia beleza, sabedoria e autoridade espiritual, Cleópatra criou uma imagem pública que fascinava não apenas seus súditos, mas também os líderes estrangeiros, como Júlio César e Marco Antônio. A rainha, ao

reunir os atributos de Ísis — a mulher poderosa e devotada, sedutora e estrategista —, estabeleceu-se como parceira política ideal para homens que aspiravam à dominação do Mediterrâneo (GRANT, 2001). Esse fascínio não se devia exclusivamente a sua aparência física, mas à maneira como ela manipulava o simbolismo e o cerimonial para construir uma imagem de poder irresistível.

O famoso encontro com Marco Antônio em Tarso é um exemplo emblemático dessa performatividade. Cleópatra teria se apresentado em uma barca luxuosamente adornada, vestida como Afrodite (a versão helenística de Ísis no contexto mediterrâneo), ao som de músicas e perfumes exóticos, criando um espetáculo que fundia política, erotismo e teologia (PLUTARCO, 2008). Essa teatralização do poder não era mero capricho: tratava-se de uma manifestação visual e simbólica da fusão entre autoridade terrestre e poder divino, encarnada na figura da rainha.

Nesse sentido, a identidade de Cleópatra como Ísis era multifacetada: ao mesmo tempo em que a ligava ao passado faraônico e à tradição religiosa egípcia, ela também projetava uma imagem universal de soberania feminina, capaz de se comunicar com diferentes culturas e sistemas de poder. A rainha, assim, não era apenas um elo entre deuses e homens, mas também entre civilizações — e sua habilidade em habitar esses múltiplos espaços simbólicos contribuiu para a permanência de sua figura no imaginário coletivo como arquétipo de poder, beleza e inteligência estratégica.

V - OS ATRATIVOS DE CLEÓPATRA VII: ENTRE O CARISMA POLÍTICO E O FASCÍNIO SIMBÓLICO

Muito além da imagem cristalizada na tradição ocidental de uma mulher cuja beleza seduzia poderosos imperadores romanos, Cleópatra VII era, sobretudo, uma estrategista hábil, dotada de carisma, inteligência política e domínio simbólico. A construção de sua imagem pública como uma figura irresistível não se fundamentava exclusivamente em atributos físicos, mas em um conjunto de qualidades que envolviam domínio das linguagens do poder, conhecimento

profundo das culturas egípcia, grega e romana, além de um senso refinado de teatralidade e encenação do poder.

Fontes clássicas como Plutarco e Dião Cássio já apontavam que o fascínio exercido por Cleópatra não se restringia à sua beleza física, mas residia, sobretudo, na vivacidade de seu espírito, na eloquência e no encanto de sua voz (PLUTARCO, *Vidas Paralelas*). A rainha dominava várias línguas — incluindo o egípcio, algo incomum entre os Ptolemeus —, e possuía uma retórica envolvente, capaz de adaptar-se a diferentes interlocutores e situações políticas. Seu poder de sedução, portanto, era inseparável de sua inteligência estratégica e da construção calculada de sua imagem como encarnação da deusa Ísis.

Ao se apresentar como a personificação de Ísis, Cleópatra integrava sensualidade, misticismo e autoridade. A deusa egípcia, associada à fertilidade, ao amor, à cura e ao trono, oferecia à rainha uma matriz simbólica poderosa, com a qual ela se fundia para se tornar não apenas atraente, mas sagrada. A rainha não era apenas uma mulher bela: era uma entidade viva, uma deusa entre os homens. Essa fusão entre o corpo feminino e o corpo divino produzia um tipo de poder sedutor que ultrapassava a esfera íntima e se projetava na esfera política (ASSMANN, 2008).

A relação com Júlio César e, posteriormente, com Marco Antônio, deve ser compreendida nesse contexto. Ambos não foram apenas amantes, mas aliados políticos que reconheceram em Cleópatra uma parceira de valor estratégico, cultural e simbólico. O fascínio que ela exercia sobre esses homens estava intimamente ligado à sua capacidade de encarnar simultaneamente o exotismo do Oriente, a autoridade de uma soberana sagrada e o carisma de uma líder culta e articulada (GRANT, 2001).

No célebre encontro com Marco Antônio em Tarso, Cleópatra não se limitou a apresentar-se como uma mulher atraente, mas encenou sua chegada em uma barca dourada, como a própria Afrodite/Ísis, cercada por aromas, cores e sons que evocavam o mundo divino. Esse tipo de performance não apenas cativava, mas subjulgava o interlocutor à experiência estética e simbólica de seu poder (LLOYD, 2000).

Assim, os atrativos de Cleópatra eram complexos e multifacetados: combinavam a beleza com o carisma, a inteligência com a teatralidade, e a sensualidade com o simbolismo religioso. Seu magnetismo pessoal era, na verdade, expressão de um projeto político-cultural profundamente articulado, que a tornava uma figura inigualável na história antiga e no imaginário posterior do Ocidente.

VI - CONCLUSÃO

Cleópatra VII deve ser compreendida para além dos clichês romanos que a reduziram a um mito erotizado. Sua vida e seu reinado demonstram uma resistência ativa aos poderes hegemônicos de Roma, tanto no campo da identidade quanto nas esferas políticas e culturais. Ao mobilizar estratégias de afirmação de alteridade, de fortalecimento de sua autoridade e de preservação cultural, Cleópatra se insere como figura paradigmática da resistência feminina na Antiguidade.

Cleópatra VII, ao ser analisada sob os prismas da alteridade, do poder e da cultura, revela-se muito além das versões estereotipadas que lhe foram impostas pela tradição ocidental. Sua trajetória evidencia não apenas uma mulher que desafiou estruturas patriarcais e imperiais, mas uma soberana que mobilizou todas as formas de resistência possíveis — simbólicas, políticas, diplomáticas e culturais — para defender a soberania de seu povo e a integridade de sua identidade.

Mesmo diante da força militar romana e da maquinaria imperialista que buscava submeter o Egito, Cleópatra resistiu com inteligência, astúcia e uma profunda consciência política. Seu legado não está na derrota bélica, mas na vitória simbólica e histórica: venceu Roma ao recusar ser dominada, venceu os romanos ao manter-se senhora de si, venceu o tempo ao tornar-se arquétipo.

Como afirma Crippa (2005), o mito que preserva a humanidade é aquele que, mesmo romantizado, continua a expressar contradições e escolhas reais. Nesse sentido, Cleópatra triunfou — não como figura passiva da História, mas como mulher guerreira, estrategista e símbolo atemporal de resistência.

Cleópatra VII foi mais do que uma rainha do Egito: foi uma guerreira do pensamento, da diplomacia e da identidade. Ao longo de sua vida, enfrentou não apenas invasores estrangeiros, mas também inimigos internos — seus próprios irmãos, com quem teve que disputar o trono em um contexto de intrigas palacianas. Nesse cenário hostil, venceu por meio da astúcia política, manipulando alianças e usando os códigos do poder a seu favor.

Mais tarde, enfrentaria os maiores nomes do Império Romano. Contra Otaviano, futuro Augusto, e o General Marco Agripa, Cleópatra resistiu não apenas com tropas, mas com símbolos. Ambos queriam levá-la acorrentada a Roma, exibida como troféu de guerra. Ela, porém, recusou-se a ser humilhada. Sua morte foi um gesto radical de liberdade: ela não foi vencida — ela escolheu seu destino.

Como mulher, como rainha, como estrategista, Cleópatra venceu: venceu seus irmãos, venceu Roma, venceu os romanos — não com espadas, mas com inteligência, perspicácia e dignidade. Ela entrou para a História como mito, mas sem jamais abandonar a dimensão humana, como aponta Crippa (2005). Tornou-se, assim, arquétipo de resistência, símbolo de uma alteridade que não se curva, de um poder que é também gesto de cultura, de uma voz que continua a ecoar como forma de enfrentamento e afirmação.

Por fim, a trajetória de Cleópatra VII, última soberana do Egito Ptolemaico, revela uma mulher que soube instrumentalizar de forma magistral os recursos simbólicos e culturais à sua disposição. Sua associação com Ísis, deusa egípcia da fertilidade, da maternidade e da magia, e, por extensão, com Afrodite, a deusa grega do amor e da beleza, não deve ser lida como mero artifício estético ou gesto devocional, mas como uma sofisticada construção política e cultural. Ao fundir sua identidade com a de figuras divinas femininas poderosas, Cleópatra não apenas reforçou sua legitimidade diante do povo egípcio, mas também projetou uma imagem de autoridade irresistível para o mundo romano.

Essa encenação simbólica lhe permitiu atuar como figura central nos jogos de poder do Mediterrâneo, cativando e influenciando líderes como Júlio César e Marco Antônio. Ao se apresentar como deusa viva, Cleópatra transcendia as limitações impostas às mulheres de seu tempo, convertendo o corpo feminino em território de soberania e

resistência. Assim, sua imagem tornou-se um arquétipo de poder feminino que une beleza, inteligência, carisma e sacralidade, cuja força simbólica persiste até os dias atuais.

Portanto, a personificação de Ísis não foi apenas um elemento decorativo de seu reinado, mas um mecanismo de atuação estratégica que evidenciava sua ambição, sua astúcia política e sua rara capacidade de moldar e manipular símbolos para alcançar objetivos concretos. A rainha do Nilo não foi apenas uma figura histórica; ela foi, e continua sendo, um ícone cultural que desafiou fronteiras de gênero, religião e poder, consolidando-se como arquétipo eterno de resistência, sedução e liderança.

"Cleópatra não se entregou ao império, mas escolheu a morte como última afirmação de sua soberania. Seu suicídio, longe de ser um gesto de fraqueza, foi a última resistência de uma rainha que recusou ser humilhada ou transformada em troféu."
— Reflexão sobre a morte de Cleópatra VII, uma soberana que fez de sua última escolha um ato de dignidade e liberdade.



Figura 2 – Faraó Cleópatra VII.



Figura 3 – Faraó Cleópatra VII com sistro em ritual religioso.

VII - REFERÊNCIAS

ASSMANN, Jan. *A mente cultural: A história e a memória da civilização egípcia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *A Mente Egípcia: História e Significado na Cultura do Antigo Egito*. Petrópolis: Vozes, 2008.

CRIPPA, Adolpho. *Humanismo e Cultura*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

GRANT, Michael. *Cleopatra*. London: Phoenix Press, 2000.

_____. *Cleópatra*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GRIMAL, Nicolas. *História do Egito Antigo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

LLOYD, Alan B. *The Oxford History of Ancient Egypt*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

PLUTARCO. *Vidas Paralelas: Antônio e César*. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora UnB, 2008.

SAID, Edward W. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TYLDESLEY, Joyce. *Cleopatra: A Last Queen of Egypt*. London: Profile Books, 2008.

WALKER, Susan; HIGGS, Peter. *Cleopatra of Egypt: From History to Myth*. Princeton: Princeton University Press, 2001.



Figura 4 – Relevô da Faraó Cleópatra VII.